

EDUCAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO IDEOLÓGICA, SUPORTE POR POLÍTICAS SOCIAIS E ESCOLHA ELEITORAL

DIOGO FERRARI¹ 

RESUMO: O objetivo deste artigo é investigar como a educação afeta 1) a estruturação das atitudes por políticas sociais, definida como a correlação entre atitudes em diversas áreas – por exemplo, educação, saúde, redistribuição de renda e seguridade social –, e 2) a relação dessa estruturação com o voto em partidos de diferentes filiações ideológicas. Mostra-se que o acúmulo de escolarização aumenta a estruturação das atitudes, bem como que, em caso de atitudes mais estruturadas que ganhem conteúdo ideológico a favor/contra políticas sociais, é somente quando a escolarização é alta que esses posicionamentos se associam mais fortemente com o voto em partidos de esquerda/direita. Analisam-se opiniões políticas e comportamento eleitoral coletados em surveys de opinião, no ano de 2016, em mais de trinta países.

Palavras-chave: Psicologia política. Ideologia. Estudos eleitorais. Educação. Políticas sociais.

EDUCATION, BELIEF STRUCTURES, SUPPORT FOR WELFARE POLICIES, AND VOTE

ABSTRACT: This paper investigates how education affects 1) the structure of beliefs toward social policies, defined as the correlation between attitudes in areas such as education, health, income redistribution, and social security, and 2) the relationship between that belief structure and vote on parties of different ideological affiliations. It is shown that the accumulation of schooling is associated with more structured attitudes. Moreover, in case of structured attitudes that gain an ideological content in favor/against social policies, it is only when schooling is high that these positions are strongly associated with voting for left/right parties. The analysis is based on opinion surveys conducted in 2016 in more than thirty countries.

Keywords: Political psychology. Ideology. Electoral studies. Education. Welfare policies.

EDUCACIÓN, ESTRUCTURACIÓN IDEOLÓGICA, SUPORTE POR POLÍTICAS SOCIALES Y OPCIÓN ELECTORAL

RESUMEN: El objetivo de este artículo es investigar cómo la educación afecta 1) la estructuración de actitudes por políticas sociales, definida como la correlación entre actitudes en varias áreas – por ejemplo, educación, salud, redistribución del

1. University of California – Department of Political Science – California, United States. E-mail: diogo.ferrari@ucr.edu

Editora de Seção: Adriana Dragone Silveira

ingreso y seguridad social –, y 2) la relación de esta estructuración con el voto en partidos de diferentes filiaciones ideológicas. Se muestra que la acumulación de escolaridad aumenta la estructuración de actitudes y que, en caso de actitudes más estructuradas que adquieran un contenido ideológico a favor/contra políticas sociales, es solo cuando la escolaridad es alta que estas posiciones se asocian más fuertemente con el voto en partidos de izquierda/derecha. El objeto de análisis son las opiniones políticas y el comportamiento electoral recogidas de las encuestas de opinión realizadas en 2016 en más de treinta países.

Palabras-clave: Psicología política. Ideología. Estudios electorales. Educación. Política social.

Introdução

Este trabalho tem dois objetivos. O primeiro é avaliar como a educação, do ponto de vista dos anos de escolarização formal, afeta a estruturação das atitudes por políticas de bem-estar social. A estruturação das atitudes refere-se à correlação entre atitudes em diversas áreas vinculadas às políticas de bem-estar, como provimento pelo poder público de educação, saúde, redistribuição de renda e seguridade social. Atitudes são consideradas mais estruturadas se o apoio/a desaprovação quanto a uma área previr o apoio/a desaprovação quanto a outra. Por exemplo, a atitude de um grupo social pode ser considerada altamente estruturadas se todos nesse grupo apoiarem/desaprovarem fortemente políticas sociais em todas as áreas mencionadas. O primeiro objetivo aqui é avaliar como e se essa estruturação das atitudes por políticas sociais, independentemente da direção ideológica a favor ou contra políticas sociais, varia com o acúmulo de escolarização formal.

Além disso, as atitudes possuem uma direção; ou seja, podem ser contrárias ou favoráveis a determinada política. As atitudes por políticas sociais de diferentes pessoas podem ser igualmente estruturadas, mas possuir direções opostas, a favor ou contra políticas sociais. Assim, o segundo objetivo deste trabalho é avaliar se a estruturação das atitudes por políticas sociais e sua direção ideológica (a favor/contra tais políticas) associa-se com o voto em partidos de direita ou de esquerda e, em particular, se essa correlação entre estruturação ideológica das atitudes e voto varia entre grupos de escolaridade. As hipóteses centrais investigadas aqui são de que: 1) a estruturação das atitudes aumente com a escolarização; e 2) a escolarização aumente a correlação entre a direção ideológica da estruturação das atitudes e do voto – ou seja, a correlação entre atitudes estruturadas e favoráveis/contrárias às políticas sociais e o voto em partidos de esquerda/direita seja maior entre os mais escolarizados.

A principal contribuição deste artigo é uma análise sistemática do papel dos anos de escolarização na escolha eleitoral via estruturação de atitudes. Analisam-se opiniões políticas e o comportamento eleitoral coletados em *surveys* de opinião pública conduzidos, no ano de 2016, em mais de trinta países da Europa, da Ásia e das Américas, disponíveis no módulo Role of Government do International Social Survey Programme (ISSP). Tais *surveys* incluem informações sobre escolaridade, atitudes em diversas áreas de bem-estar social, voto em partidos políticos e posição ideológica dos partidos.

Para testar os argumentos sobre o efeito da escolarização, combino estimativas não paramétricas e equações estruturais lineares, separadas por *clusters* de escolaridade, os quais foram identificados a partir de modelos Bayesianos semiparamétricos.

Os dados indicam que o acúmulo de anos de escolarização aumenta a correlação, ou seja, a estruturação entre atitudes relacionadas com políticas de bem-estar social, como provimento pelo poder

público de educação, saúde, redistribuição de renda e seguridade social. Consoante a hipótese, a educação influencia como essa estruturação das atitudes relaciona-se com o voto em partidos de diferentes filiações ideológicas. A análise empírica apresentada aqui demonstra que, no caso de atitudes mais estruturadas que possuam direção específica – ou seja, ganhem conteúdo ideológico a favor ou contra políticas sociais –, é somente quando a escolarização é alta que esses posicionamentos se harmonizam com o voto em partidos de direita ou de esquerda. Enquanto entre os mais escolarizados as crenças estruturadas a favor/contrárias a políticas sociais estão associadas com voto em partidos de esquerda/direita, essa relação não se mantém ou é substancialmente mitigada entre os menos escolarizados.

Na seção seguinte, discute-se a base teórico-metodológica que fundamenta este trabalho. Em seguida, são descritos os dados e o desenho de pesquisa. A análise empírica e a conclusão são apresentadas subsequentemente.

Educação, Estruturação Atitudinal e Voto

Desde o trabalho seminal de Converse (1964) e outros estudos vinculados à escola de Michigan (CAMPBELL et al., 1960; CONVERSE 1962; LEWIS-BECK et al., 2008), pesquisadores da opinião pública e do comportamento político têm demonstrado que o *sistema de crenças* políticas do eleitorado é pouco estruturado. Tal sistema, nessa literatura, é abordado do ponto de vista da correlação ou dependência funcional (*constraint*) entre crenças ou atitudes a respeito de diferentes objetos ou ideias políticas. Nessa linha, a baixa estruturação do sistema de crenças significa que, no eleitorado em geral, a posição política em relação a um tema relaciona-se pouco com posições em relação a outros temas, mesmo que, para observadores mais sofisticados, eles estejam *logicamente* conectados.

Além disso, essa literatura aponta que o eleitor tem baixo nível de conceitualização (*level of conceptualization*) (CONVERSE, 1964; LEWIS-BECK et al., 2008), conceito esse que, por sua vez, refere-se às razões oferecidas para justificar atitudes em relação aos objetos políticos. Apenas uma minoria apresenta justificativas para suas opiniões em termos de esquemas conceituais organizadores mais abstratos, como ideias de liberalismo e conservadorismo políticos. O retrato geral é de um eleitorado que conhece muito pouco, presta pouca atenção, interessa-se minimamente por assuntos políticos, possui sistema de crenças minimamente estruturado e instável, bem como opiniões pouco fundamentadas em conceitos políticos organizadores. Sniderman, Brody e Tetlock (1993) chamam esse conjunto de argumentos de *tese do minimalismo*.

Embora, de maneira geral, esses achados sobre a opinião pública sejam pouco disputados, há diversas controvérsias sobre questões empíricas relacionadas à mensuração e ao tratamento estatístico dos dados (ANSOLABEHRE; JONATHAN; JAMES, 2008; SMITH, 1980), bem como sobre os detalhes e as consequências teóricas da tese minimalista (SNIDERMAN; BRODY; TETLOCK, 1993). Entre essas consequências, está a diferenciação, de um lado, de subgrupos mais bem-informados entre os eleitores e, de outro, a necessidade de entender os fatores que expliquem a formação de atitudes e comportamentos dada a baixa estruturação das atitudes e o baixo nível informacional de uma grande parcela da população. Com ou sem um sistema de crenças estruturadas e rico em informação, a população não deixa de adotar posicionamentos políticos, seja expressando suporte a determinadas políticas, seja manifestando suas disposições via escolha eleitoral. A questão, portanto, é entender se esses posicionamentos são aleatórios ou seguem uma lógica específica.

Partindo desse ponto, Sniderman, Brody e Tetlock (1993) apontam que a inconsistência nas atitudes e nas opiniões, causada por baixo interesse e escassez informacional, é compensada por atalhos heurísticos

que ajudam a organizar e processar informações políticas, orientar escolhas, e expressar posicionamentos em relação às opções políticas. O que é mais relevante para a investigação do presente trabalho: Sniderman, Brody e Tetlock (1993) argumentam que a recorrência ao uso de atalhos heurísticos de natureza não cognitiva ocorre em relação inversa à quantidade de informação política e à capacidade de processá-la.

Níveis de informação política e capacidade de processá-la são aspectos que aparecem na literatura sob o conceito de *sofisticação política* (CARPINI; KEETER, 1996; RHEE; CAPPELLA, 1997; DELLI CARPINI, 2000). Ou seja, o argumento teórico é que maior sofisticação política aumente o papel de elementos de natureza cognitiva na tomada de posicionamentos (*cognitive-driven reasoning*). Tradicionalmente, esses elementos cognitivos dizem respeito à organização de informação em agrupamentos conceituais associados a termos como liberalismo, conservadorismo, esquerda e direita. Esses conceitos organizam o armazenamento e o processamento avaliativo de informação, bem como reduzem seu custo de aquisição (LUSKIN, 1987; SNIDERMAN; BRODY; TETLOCK, 1993), servindo como atalhos de natureza cognitiva, cujo recurso é favorecido pela sofisticação política.

O conceito de sofisticação política engloba diversas dimensões, como atenção, interesse, informação factual acumulada (DELLI CARPINI, 2000) e familiaridade conceitual com termos do vocabulário políticos (esse último frequentemente tratado sob o conceito de *níveis de conceitualização*, discutido anteriormente) (CONVERSE, 1964). Embora o conceito de sofisticação seja multidimensional e abrangente, pesquisadores têm tradicionalmente usado escolarização formal como *proxy* para sofisticação política, por um lado porque é uma medida mais amplamente disponível, mas, por outro e principalmente, porque sua mensuração é relativamente confiável e está fortemente correlacionada com as outras dimensões normalmente usadas para construir o conceito de sofisticação (SNIDERMAN; BRODY; TETLOCK, 1993). Como argumentam e demonstram Sniderman, Brody e Tetlock (1993), para o eleitorado americano, “the likelihood that an ordinary person will put his ideological likes and dislikes together consistently depends on the number of years of formal schooling he has had”¹. Em outras palavras, embora as evidências indiquem que o cidadão médio tenha baixa estruturação das atitudes sobre objetos políticos, o que aumenta o papel desempenhado pelas emoções (*affect-driven reasoning*) e pelos atalhos heurísticos não cognitivos nos seus posicionamentos, há também evidências de que o papel de elementos cognitivos aumente com a sofisticação política e, mais especificamente, com os anos de escolarização.

Embora a escolarização possa aumentar a mobilização de elementos de natureza cognitiva na formação de posicionamentos políticos relativos a diferentes temas, sua relação com a estruturação desses posicionamentos é ambígua. Isso porque um aumento de sofisticação pode causar simultaneamente um efeito de *diferenciação e integração* (SNIDERMAN; BRODY; TETLOCK, 1993). O efeito de diferenciação ocorre quando o aumento de informação e do repertório cognitivo para processá-la aumenta, por sua vez, o número de fatores levados em consideração na formação de opinião sobre determinado tópico. Um exemplo pode ilustrar o problema. Um indivíduo relativamente bem-informado pode tender a apoiar políticas sociais em diversas áreas, como educação, saúde e desemprego, levando a uma alta estruturação pró-política social das atitudes, mas essa estruturação pode diminuir à medida que ele aprende aspectos dessas políticas ou do contexto político-econômico a elas associado, como elevação de gastos e impostos, além de fatores relativos a administração e direcionamento dos recursos. Todavia, o efeito de integração pode também ocorrer, aumentando a estruturação das atitudes, caso o indivíduo pró-política social consiga identificar fatores comuns que liguem diferentes temas, como uma tendência à redução de desigualdade econômica. Em resumo, embora a sofisticação política ou, de modo mais restrito, o aumento da escolarização possa aumentar a relevância de fatores cognitivos na formação das atitudes políticas, seu efeito pode ser tanto de aumento quanto de redução na estruturação dessas atitudes.

A relevância do efeito da escolarização na estruturação se dá porque uma das consequências comportamentais da baixa estruturação das opiniões e da fraca relação desta com termos abstratos que carregam conteúdos ideológicos, como a noção de esquerda e direita, dá-se na arena eleitoral (CARPINI; KEETER, 1996). Do ponto de vista das preferências por políticas, eleitores podem ser levados a votar contra seus próprios interesses em determinadas áreas. Isso ocorre porque a relação entre o posicionamento ideológico e as posições sobre políticas é muito mais clara entre a elite política do que entre a população em geral e, em particular, entre os grupos menos escolarizados. Quando um político ou candidato posiciona-se à direita do espectro ideológico, especialistas podem prever com certa precisão sua posição sobre algumas políticas econômicas e sociais, justamente porque, para aquele ator político, o conceito organiza e sintetiza a direção das suas opiniões sobre políticas. Contudo, se um candidato demagogo usa noções caricatas de direita e esquerda para se posicionar politicamente perante o eleitorado, eleitores menos atentos não necessariamente associarão tais posições ideológicas às respectivas posições políticas que elas acarretam. O resultado é que esses eleitores podem ser favoráveis à expansão de políticas de bem-estar e proteção social, mas levados a votar em candidatos ou partidos com orientação oposta. Essa “ingenuidade” (CONVERSE, 1964; KINDER; KALMOE, 2017) ideológica, de acordo com a literatura, é menos pronunciada entre os estratos mais escolarizados, os quais são, comparativamente, mais sensíveis ao posicionamento sobre políticas do que o posicionamento ideológico acarreta.

Em resumo, essa discussão fundamenta as seguintes expectativas sobre o papel dos níveis de escolarização no suporte por políticas sociais, estruturação atitudinal e voto. Primeiro, a *escolaridade pode aumentar ou diminuir a estruturação das atitudes*. Segundo, dado que as atitudes estejam estruturadas, se é verdade que fatores de natureza cognitiva tornam-se mais preponderantes para o voto com o aumento da escolaridade (SNIDERMAN; BRODY; TETLOCK, 1993), devemos observar uma congruência maior entre atitudes estruturadas carregadas com posicionamentos ideológicos específicos e as respectivas escolhas eleitorais entre os mais escolarizados. Ou seja, *entre os mais escolarizados, aqueles mais favoráveis/contrários a políticas sociais, com atitudes bem-estruturadas, devem também ser os mais propensos a votar em partidos de esquerda/direita*. Por outro lado, *grupos pouco sofisticados politicamente (baixa escolaridade) devem ser mais propensos a votar contra ou a despeito de suas próprias posições em relação às políticas sociais, independentemente da estruturação das atitudes*. Avalio essas proposições na seção empírica, mas, primeiramente, três pontos merecem atenção.

Em primeiro lugar, há uma literatura bem-estabelecida na ciência política brasileira que busca explicar o comportamento eleitoral no Brasil. Diversos trabalhos apontam para a importância de programas sociais como o Bolsa Família (HUNTER; POWER, 2007; TERRON; SOARES, 2010; LICIO; RENNÓ; CASTRO, 2009; ZUCCO JR., 2015), o papel de afiliações partidárias ou personalistas (SAMUELS; ZUCCO JR., 2014; TERRON; SOARES, 2010), da mobilidade social (PEIXOTO; RENNÓ, 2011) e do voto estratégico (RENNÓ; HOEPERS, 2010) no comportamento eleitoral. Contudo, não existem trabalhos sobre o comportamento político no Brasil que investiguem o papel da escolarização na *estruturação* de um sistema de atitudes relativas a diversas dimensões de políticas sociais, tampouco sobre como a educação afeta a relação dessa estruturação com a direção ideológica do voto, conforme investigado aqui. Embora os dados empregados neste artigo excluam o Brasil devido à indisponibilidade na fonte utilizada, o presente trabalho pretende contribuir para a literatura supracitada, ao trazer a educação para o centro do debate, bem como motivar desdobramentos para trabalhos futuros sobre o papel da educação no funcionamento da Democracia no contexto Brasileiro.

Em segundo lugar, em termos operacionais, a redução do conceito de sofisticação utilizado pela literatura à medida de escolarização utilizada neste artigo tem algumas limitações. Para certas investigações, a redução de um conceito complexo como sofisticação política à uma medida mais grosseira, como anos de

escolaridade formal, traz mais danos que vantagens. Basta reconhecer, por exemplo, que existe uma variação substancial, na média, pela própria natureza da formação, no repertório teórico de pessoas formadas em diferentes áreas do conhecimento para pensar temas políticos. Além disso, há uma variação na qualidade e no foco curricular entre instituições educacionais. A consequência é que existe variação, potencialmente não negligenciável, na extensão do conjunto de conceitos abstratos e de informação que pessoas com exatamente os mesmos anos de escolarização possuem e, portanto, no quanto elas empregam repertórios cognitivos para organizar seus posicionamentos políticos. Todavia, não é a diferença cruzada entre grupos de *tipos* de escolaridade e sofisticação que interessa aqui. O foco deste trabalho é a variação *entre* anos de escolaridade e se essa variação produz o mesmo resultado em relação àqueles que seriam esperados pelos argumentos sobre o efeito da sofisticação política. Como os anos de escolarização devem afetar a sofisticação, mas não o contrário, o foco aqui é dado ao efeito *total* desses anos, mediados ou não pela sofisticação política. Ademais, como supracitado, diversos autores entendem que a escolarização, por si mesma, afeta a estruturação das crenças, porque cria condições para o estabelecimento de conexões lógicas entre diferentes questões, bem como treino cognitivo no uso de esquemas conceituais abstratos organizadores. Ou seja, a escolarização importa porque facilita a identificação do “what goes with what and why”² (CONVERSE, 1964, p. 9), de modo que o efeito dos anos de escolarização por si só é de interesse teórico e prático.

O terceiro ponto que merece menção diz respeito ao conceito de estruturação das atitudes. Esse conceito refere-se à correlação entre atitudes sobre diversos objetos políticos ou políticas públicas, mas não carrega informação sobre a *direcionalidade ideológica* das atitudes. Ou seja, o que está em questão nesse conceito não é se a opinião é favorável ou não a determinado conteúdo, mas se, para o mesmo indivíduo, a opinião em relação a um tema permite prever, com certa acurácia, a opinião em relação a outros. Tanto os favoráveis quanto os contrários às políticas sociais podem ter atitudes igualmente estruturadas, mas sua direção, evidentemente, será diferente. Esse ponto é relevante porque não é somente a estruturação das opiniões, mas também o grau de estruturação em combinação com a direção das atitudes, que deve, em tese, a depender da escolarização, importar para o voto.

Dados e Abordagem Metodológica

A análise empírica é feita com base nos dados levantados em 2016 no módulo Role of Government pelo International Social Survey Programme³ (ISSP). O ISSP é uma iniciativa que conta com a colaboração de pesquisadores de diversas nações na Europa, da Ásia e das Américas. Tal iniciativa coleta informações com representatividade nacional para os países incluídos na amostra⁴. O módulo Role of Government (RoG) é de especial interesse, porque inclui diversas questões sobre atitudes a respeito do papel do governo na redução da desigualdade e na provisão de políticas de bem-estar social.

Para medir as atitudes sobre políticas sociais, utilizo dezoito perguntas que incluem temas sobre a responsabilidade do governo na provisão de seguridade social, políticas de desemprego, gastos com educação e saúde, financiamento da indústria e redistribuição de renda. A Tabela 1 apresenta cada uma dessas perguntas. As questões foram codificadas em números inteiros entre -2 e 2, 0 e 10, ou usando código binário (0 e 1), dependendo da escala utilizada originalmente no *survey*. Valores maiores em cada caso representam apoio à política em questão ou a que o estado seja responsável por ela, em oposição ao setor privado.

Além das atitudes por políticas, o *survey* contém informações sociodemográficas sobre os entrevistados, incluindo a renda domiciliar *per capita*, organizadas aqui em decis, anos de escolarização e maior grau escolar completo alcançado. Os anos de escolarização foram codificados entre 0 e 25+ (25 ou

mais). Como a renda é um fator importante para determinar tanto a escolarização quanto as atitudes por políticas sociais, o efeito da escolarização é avaliado para cada grupo de renda separadamente.

Além das informações demográficas, o *survey* contém dados sobre o partido no qual o entrevistado votou na última eleição geral, presidencial ou parlamentar, dependendo do país. As informações sobre o voto partidário (nome do partido) são suplementadas pela identificação ideológica do partido escolhido. A classificação é derivada do julgamento de especialistas sobre o sistema partidário de cada país. Essa variável é baseada em três *surveys* independentes: Chapel Hill Expert Survey⁵ e dois estudos do Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS) *survey*⁶, o CIS Study 3156 (outubro de 2016) e o CIS Study 3164 (janeiro de 2017). O ISSP utiliza a média do escore de cada partido nesses três *surveys*. A variável foi codificada aqui em cinco níveis, seguindo o formato original adotado pelo ISSP: extrema-esquerda, esquerda/centro esquerda, centro/liberal, direita/conservador, extrema-direita. Esse indicador foi codificado entre -2 e 2 para a análise numérica, de modo que números menores indicam votos em partidos mais à esquerda no espectro ideológico. Não há dados disponíveis sobre o posicionamento de partidos e candidatos em cada uma das dezoito questões levantadas no *survey*. Para contornar essa limitação, adoto uma estratégia aproximada para inferir essas posições com base na classificação ideológica dos partidos, de modo que partidos classificados pelos especialistas como mais à esquerda são também aqueles entendidos como mais favoráveis às políticas sociais.

A estruturação das atitudes, como discutido, refere-se a quando as opiniões em diversas áreas estão correlacionadas e a estruturação que interessa aqui diz respeito às opiniões sobre políticas sociais de bem-estar. Para construir a medida de estruturação e permitir uma comparação com os resultados de outros estudos, sigo o mesmo procedimento adotado pela literatura anterior (CONVERSE 1964; BALDASSARRI; GELMAN, 2008). A medida é construída a partir de pares de correlação (coeficiente de correlação de Pearson), para cada grupo social de interesse, entre as dezoito questões que medem as atitudes dos entrevistados sobre o papel do governo na provisão de políticas de bem-estar e seguridade.

Por fim, as proposições sobre o efeito da escolarização são avaliadas com base em estimativas não paramétricas e equações estruturais lineares, detalhadas adiante.

Análise Empírica

Começaremos explorando a relação entre escolarização e suporte por diversas dimensões relacionadas com políticas de bem-estar social. A Tabela 1 compara as atitudes em relação às políticas sociais por grupos de escolaridade e renda. Fica claro que, conforme descemos na escala de escolaridade, em cada grupo de renda, aumenta o suporte por políticas sociais. A coluna “Baixa/Alta” apresenta a razão entre o suporte médio para cada política entre os grupos de escolaridade baixa e alta, para cada grupo de renda. Por exemplo, a tabela mostra que a média do apoio ao aumento de gastos com seguro desemprego é 3,3 vezes maior entre os grupos de alta renda e baixa escolaridade do que entre os grupos de renda e escolaridade altas (primeira linha, coluna 5). Isso pode se dar em função de os grupos menos escolarizados estarem mais expostos ao desemprego (REHM, 2009). Entre os grupos de baixa renda, a média de apoio ao aumento de gastos com seguro desemprego é 2,9 maior entre os de baixa escolaridade do que entre aqueles com escolaridade alta (primeira linha, última coluna). Em geral, políticas sociais de proteção contra o desemprego diferenciam substancialmente grupos de baixa e alta escolaridade, para qualquer nível de renda. Os menos escolarizados apoiam proteção social pelo estado mais do que os mais escolarizados, assim como o fazem os grupos mais pobres dentro de um mesmo grupo de escolaridade. Outro dado notável na Tabela 1 é que, entre o grupo de alta renda, os menos escolarizados são cinco vezes mais propensos do que os de maior escolarização a apoiar políticas que reduzam a jornada de trabalho para criar empregos.

Tabela 1. Média (e desvio-padrão), por nível de escolaridade e renda, das preferências por políticas de bem-estar social (médias altas representam atitudes favoráveis à política ou a que o governo seja responsável por ela).

	Todos	Renda Alta			Renda Baixa		
		Escolaridade Alta	Escolaridade Baixa	Baixa/Alta	Escolaridade Alta	Escolaridade Baixa	Baixa/Alta
Governo deve gastar mais com seguro-desemprego	0,342 (1,072)	0,134 (1,013)	0,441 (1,111)	3,2845	0,229 (1,019)	0,663 (1,065)	2,8926
Governo deve ser responsável por gerar empregos para todos	0,735 (1,377)	0,226 (1,457)	0,851 (1,368)	3,7735	0,605 (1,38)	1,173 (1,173)	1,9386
Governo deve reduzir a jornada de trabalho para criar empregos	0,203 (1,218)	0,059 (1,221)	0,296 (1,248)	4,9912	0,206 (1,212)	0,382 (1,209)	1,8585
Governo deve proporcionar qualidade de vida para os desempregados	0,712 (1,268)	0,496 (1,267)	0,798 (1,274)	1,6076	0,682 (1,238)	1,027 (1,168)	1,5066
Governo deve ajudar indústrias em declínio para proteger empregos	0,674 (1,076)	0,372 (1,144)	0,819 (1,004)	2,1999	0,608 (1,098)	0,898 (0,986)	1,4781
Governo deve gastar mais com aposentadoria para os idosos	0,971 (0,875)	0,747 (0,885)	1,11 (0,835)	1,4873	0,861 (0,854)	1,184 (0,831)	1,3746
Governo deve reduzir desigualdade de renda	0,974 (1,269)	0,675 (1,387)	1,028 (1,239)	1,523	0,997 (1,23)	1,208 (1,136)	1,2121
Governo deve financiar estudos de estudantes universitários mais pobres	1,26 (0,975)	1,122 (1,023)	1,281 (0,987)	1,1417	1,234 (0,978)	1,418 (0,886)	1,1491
Governo deve cortar gastos	0,772 (1,129)	0,705 (1,152)	0,87 (1,084)	1,2331	0,666 (1,186)	0,755 (1,141)	1,1342
Governo deve gastar mais em saúde	1,108 (0,833)	0,975 (0,872)	1,225 (0,79)	1,2572	1,088 (0,796)	1,227 (0,8)	1,1274
Governo deve gastar mais em educação	1,057 (0,849)	1,045 (0,852)	1,097 (0,848)	1,0502	1,025 (0,83)	1,125 (0,855)	1,0968
Quem deve cuidar do bem-estar dos idosos? (Governo vs setor privado)	0,701 (0,458)	0,671 (0,47)	0,739 (0,439)	1,1012	0,69 (0,463)	0,736 (0,441)	1,0662
Governo deve financiar indústria para criar empregos	1,121 (0,859)	1,057 (0,906)	1,136 (0,816)	1,075	1,122 (0,86)	1,181 (0,832)	1,0528
Governo deve proporcionar qualidade de vida para os idosos	1,45 (0,952)	1,338 (1,02)	1,489 (0,92)	1,1135	1,479 (0,895)	1,55 (0,864)	1,0478
Governo deve ser responsável por cuidar dos doentes	1,569 (0,761)	1,505 (0,804)	1,61 (0,734)	1,07	1,617 (0,663)	1,621 (0,736)	1,0022
Quem deve cuidar da saúde? (Governo vs setor privado)	0,832 (0,374)	0,809 (0,393)	0,845 (0,362)	1,0445	0,854 (0,353)	0,853 (0,354)	0,9989
Governo investir em indústrias para desenvolver novos produtos e tecnologias	1,103 (0,84)	1,17 (0,832)	1,131 (0,781)	0,9667	1,098 (0,856)	1,066 (0,863)	0,9705
Quem deve cuidar da educação? (Governo vs setor privado)	0,888 (0,315)	0,912 (0,283)	0,858 (0,349)	0,941	0,913 (0,282)	0,868 (0,339)	0,9506

Fonte: Dados disponíveis no módulo Role of Government, coletados em 2016 pelo International Social Survey Programme (ISSP).

Embora os menos escolarizados, em cada grupo de renda, sejam, em média, mais favoráveis a políticas sociais do que os mais escolarizados, a associação entre suporte por essas políticas e o voto em partidos de esquerda é mais intensa entre os *mais* escolarizados, não entre os menos. Isso pode ser observado na Fig. 1, que apresenta a relação entre a direção ideológica do voto e a preferência por políticas sociais por grupos de renda e escolaridade. Valores negativos/positivos indicam que o aumento do suporte pela política social está associado com a *redução/aumento* no voto em partidos de direita.

Entre os mais pobres (painel da esquerda) da Fig. 1, o efeito da educação sobre o voto aparece apenas para cinco políticas (redistribuição de renda, redução da jornada de trabalho para gerar empregos, aumento do gasto com educação e garantia de qualidade de vida para os desempregados). Consideremos o suporte pela redução da desigualdade de renda. Na Tabela 1, os grupos de renda e escolaridade baixas são 20%, em média, mais favoráveis do que os grupos de baixa renda mais escolarizados a concordar com que o governo deva reduzir a desigualdade (última coluna, sétima linha). Todavia, a Fig. 1 mostra que é entre os mais escolarizados, não entre os menos, que essa posição se associa com o voto em partidos de esquerda (última linha do painel da esquerda).

Entre os mais ricos, a escolaridade faz ainda mais diferença. Em todas as políticas, exceto cinco delas (opinião de que a saúde e a educação devam ser responsabilidade do Estado, não do setor privado; gasto do governo com aposentadoria; investimento em indústrias em declínio; e investimento em indústria para criação de novos produtos e tecnologias), grupos com diferentes níveis de escolarização diferem substancialmente no quanto suas preferências por políticas se conectam com suas escolhas eleitorais. O efeito da escolarização é o mesmo que o demonstrado para os grupos de baixa renda; ou seja, embora os menos escolarizados sejam mais favoráveis a políticas sociais, é entre os mais escolarizados que essa preferência se associa mais intensamente com voto na esquerda. Considere, por exemplo, as atitudes em relação a que o governo ofereça ajuda financeira para estudantes universitários mais pobres. A Tabela 1 mostra que, entre os grupos de alta renda, os menos escolarizados são 15%, em média, mais favoráveis a esse tipo de política (linha 8, coluna 5). A Fig. 1 mostra, entretanto, que entre o grupo de alta renda, são os mais escolarizados, não os menos, que tendem a votar na esquerda quando são mais favoráveis a essa política de ajuda a estudantes universitários mais pobres.

Em suma, a Tabela 1 e a Fig. 1, em conjunto, mostram que, tanto para grupos de alta quanto de baixa renda, são os menos escolarizados os mais favoráveis a políticas sociais. Ao mesmo tempo, a maior intensidade no apoio por políticas sociais não se traduz em maior suporte a partidos de esquerda entre o grupo de menos escolarização. Na medida em que a escolarização está associada com a sofisticação política, essa evidência está de acordo com o argumento normativo do efeito da sofisticação no contexto democrático (CARPINI; KEETER, 1996). A escolarização estreita o vínculo entre preferência por políticas e escolha eleitoral consoante com essa preferência.

Até agora, vimos a relação entre educação, renda, direção ideológica do voto e preferências por políticas tratadas individualmente. Passemos agora para o problema da estruturação das atitudes. Como discutido, o conceito de estruturação capta a ideia do quanto atitudes, em diversas áreas, estão relacionadas entre si; ou seja, quanto a atitude em uma área (p. ex., investir em educação pública) permite *prever* a atitude em relação a outra (p. ex., garantir seguridade social). Os dois argumentos destacados anteriormente resultam em hipóteses opostas sobre o efeito da escolaridade na estruturação das crenças. A estruturação aumenta com a escolaridade se essa ajudar a organizar as opiniões por políticas específicas em esquemas conceituais abstratos mais abrangentes, como ideais de conservadorismo ou liberalismo (efeito heurístico de síntese). Ela diminui a estruturação se aumentar a dimensionalidade dos fatores que são levados em conta para avaliar cada política ou questão separadamente (efeito de diferenciação).

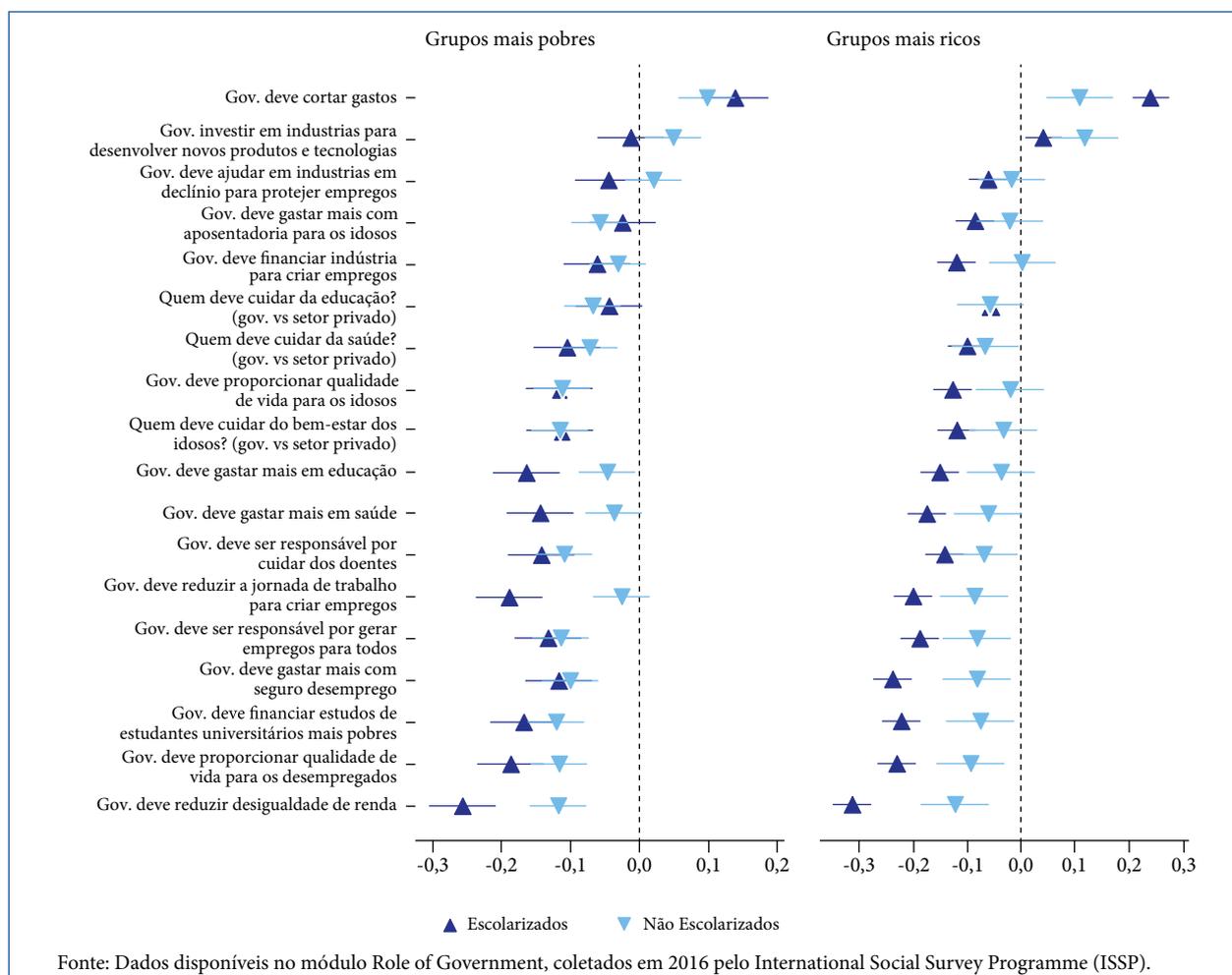


Figura 1. Correlação entre atitudes relativas a diversas políticas de bem-estar social e voto em partidos de direita por grupos de renda e escolaridade.

Embora não seja possível tratar esses efeitos em detalhes aqui, a Fig. 2 indica a relação entre anos de escolaridade e grau de estruturação das crenças, esse último construído conforme descrito na seção anterior. A figura apresenta um modelo linear ajustado para três diferentes grupos de escolaridade. Os grupos foram sugeridos por uma análise exploratória de *cluster* via modelo Bayesiano semiparamétrico⁷. Para os grupos com menos de oito anos de escolarização, não há relação entre a estruturação das atitudes e escolaridade. Contudo, para aqueles entre oito e dezoito anos de escolarização, a estruturação das atitudes aumenta sistematicamente, na média, para cada ano adicional de escolaridade. A partir dos dezoito anos de escolarização, há uma tendência, embora não discernível de zero, de *redução* na estruturação. A figura também mostra que a variabilidade no grau de estruturação entre os níveis mais baixos (menos de oito) e mais altos (mais de dezoito) de escolarização é muito maior do que entre os grupos intermediários (entre oito e dezoito). Assim, a evidência parece concordar com ambas expectativas teóricas. A partir de um certo nível, a escolarização contribui para a estruturação das crenças, mas, nos níveis mais altos, a tendência média é produzir o efeito oposto.

Por fim, a questão remanescente é verificar se a variação na estruturação das atitudes está relacionada com a escolha eleitoral entre os grupos de educação e renda. A estruturação das atitudes, por si mesma, não permite derivar nenhuma expectativa em relação à escolha eleitoral. Liberais e conservadores podem ser ambos igual e altamente coesos nas suas atitudes em relação a diversas políticas, mas seria de se esperar, na

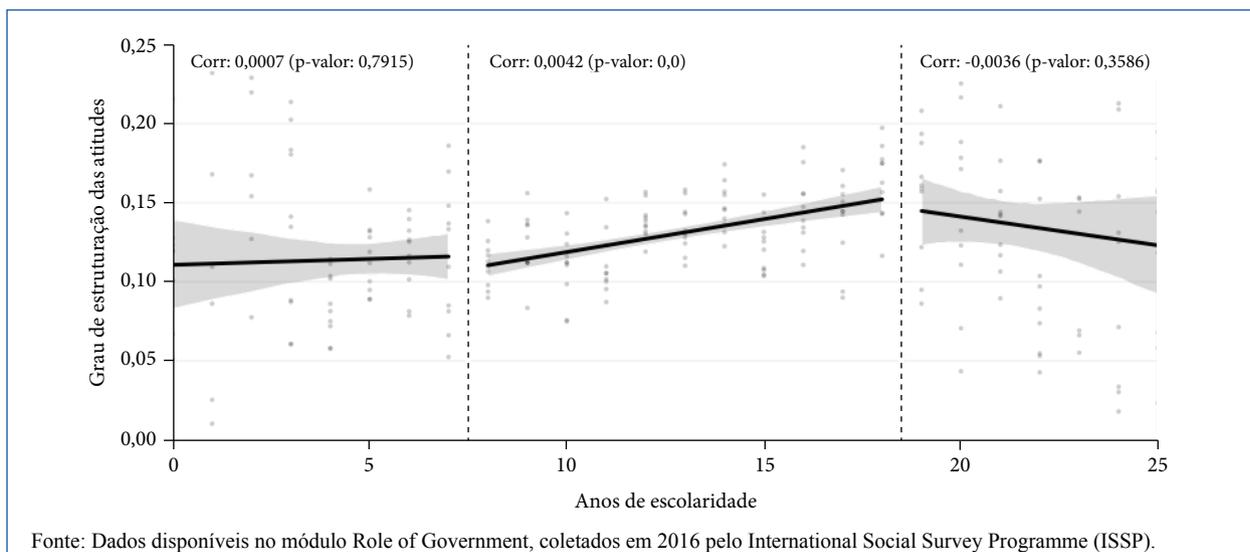


Figura 2. Relação entre anos de escolarização e estruturação das atitudes (média entre pares de correlação das atitudes nas diversas áreas de políticas de bem-estar social).

medida em que seu posicionamento por políticas se associe com o voto, escolhas eleitorais ideologicamente opostas, justamente em virtude dessa coesão. Portanto, devemos suplementar a informação sobre o grau de estruturação com a *direção* das atitudes em relação às políticas que formam a medida de estruturação. Essa combinação de estruturação e direção das atitudes pode ser capturada por quatro categorias construídas com base na Fig. 3.

A Fig. 3 apresenta a distribuição dos escores de estruturação das atitudes e do suporte por políticas de bem-estar social para cada grupo de anos de escolaridade e decil de renda domiciliar *per capita*. A estruturação foi construída como descrito anteriormente. O escore do suporte por políticas sociais é a média

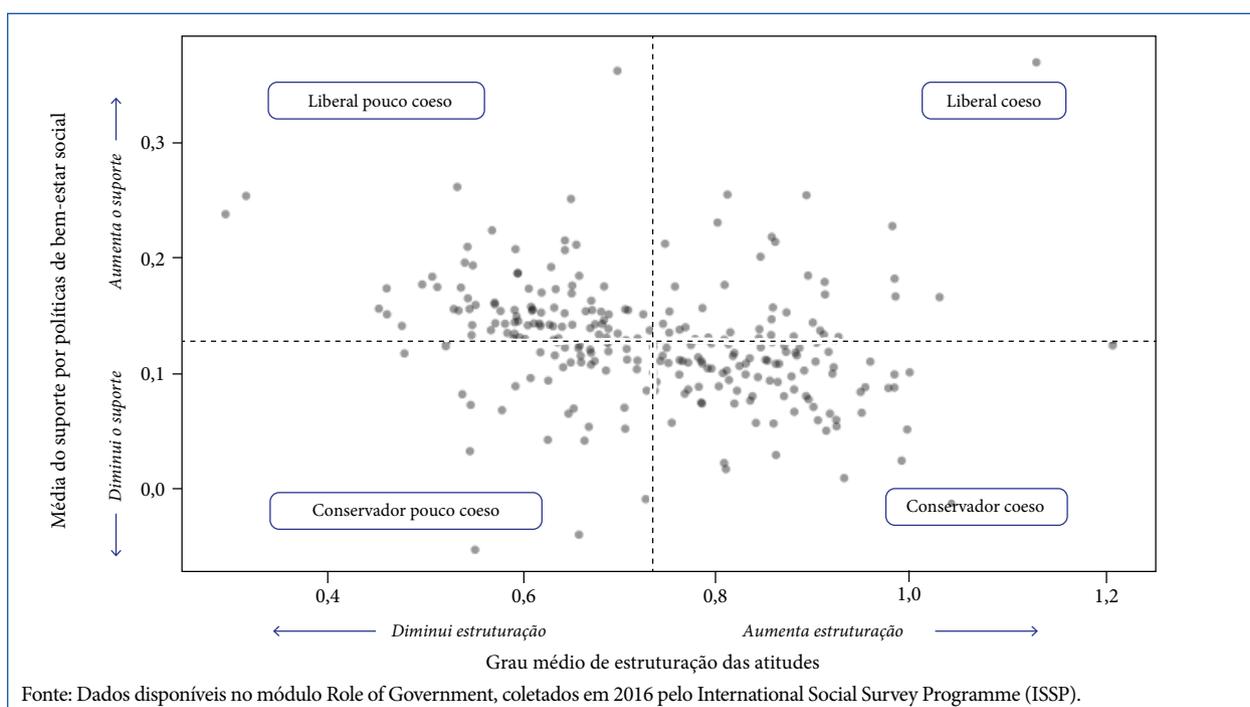


Figura 3. Classificação dos grupos de escolaridade e renda com base no grau de estruturação médio das atitudes e escore médio das atitudes por políticas.

do suporte pelas dezoito políticas, para cada grupo de anos de escolaridade e renda. Podemos distinguir quatro grupos com base na posição de cada um em relação ao valor médio (linhas pontilhadas) nessas duas dimensões. Chamamos de *conservadores coesos* aqueles cujo suporte por políticas de bem-estar é menor que a média, mas cuja estruturação das atitudes é maior que ela. Esse grupo está no quadrante inferior direito da Fig. 3. Aqueles conservadores que possuem estruturação abaixo da média, chamamos de *conservadores pouco coesos*. Chamamos de *liberais coesos* aqueles cujo suporte por políticas sociais é maior que a média e possuem atitudes bem-estruturadas. Esse grupo está no quadrante superior direito da figura. Analogamente, chamamos de *liberais pouco coesos* aqueles que apoiam políticas sociais, mas cujas atitudes são menos estruturadas do que a média. Os grupos formam quatro agregados de *estruturação ideológica*. Ou seja, variam tanto na dimensão ideológica das atitudes (mais ou menos a favor de políticas sociais) quanto no grau de estruturação (maior ou menor coesão entre as opiniões nas diversas áreas).

A Tabela 2 apresenta a média e o desvio-padrão do voto ideológico para diferentes grupos de escolaridade, renda e estruturação ideológica. O intuito dessa tabela é comparar, primeiramente, como o viés ideológico do voto varia com a estruturação ideológica das atitudes sobre políticas, mantendo fixos grupos de escolaridade e renda. Podemos também comparar grupos de mesma estruturação ideológica e renda, mas diferentes níveis de escolaridade. A última coluna apresenta as médias de cada grupo. Valores negativos indicam que predominam votos em partidos de esquerda e, quanto menores, mais à esquerda. Alguns grupos estão ausentes por falta de dados nas fontes utilizadas.

Tabela 2. Escore médio do viés ideológico do voto por grupos de escolaridade, renda e estruturação ideológica das atitudes (grupo). Valores médios representam maior propensão para voto em partidos de esquerda.

Escolaridade	Renda	Grupo	Média (desvio) do viés ideológico do voto (esquerda-direita)
Alta	Alta	Liberais coesos	-0,6923 (0,0)
Alta	Alta	Conservadores sem coesão	-0,1159 (0,2395)
Alta	Alta	Conservadores coesos	-0,0928 (0,0536)
Alta	Baixa	Liberais coesos	-0,3118 (0,3934)
Alta	Baixa	Conservadores sem coesão	-0,303 (0,1673)
Alta	Baixa	Conservadores coesos	-0,1363 (0,0663)
Alta	Baixa	Liberais sem coesos	-0,1074 (0,2352)
Baixa	Alta	Conservadores sem coesão	-0,5263 (0,4737)
Baixa	Alta	Liberais sem coesão	0,0298 (0,0668)
Baixa	Alta	Liberais coesos	0,1513 (0,1792)
Baixa	Alta	Conservadores coesos	0,1523 (0,1919)
Baixa	Baixa	Liberais sem coesão	0,1006 (0,0388)
Baixa	Baixa	Liberais coesos	0,2495 (0,0627)

Fonte: Dados disponíveis no módulo Role of Government, coletados em 2016 pelo International Social Survey Programme (ISSP).

De modo geral, grupos de mais escolaridade votam mais à esquerda. Nesse grupo de mais escolarizados, os liberais coesos tendem a votar mais à esquerda, para qualquer grupo de renda. Consideremos os grupos de altas renda e escolaridade (três primeiras linhas da tabela). Nesses grupos, os liberais coesos votam mais à esquerda do que os grupos conservadores, coesos ou não. Para os grupos de baixa escolaridade, essa relação se inverte. Entre os de baixas renda e escolaridade (duas últimas linhas), o aumento da coesão leva a votos mais à direita. Entre os de alta renda e baixa escolaridade, o aumento da estruturação das atitudes também está associado com votos à direita.

Esses dados suportam o argumento normativo sobre o efeito comportamental da sofisticação política ou, de modo mais restrito, da escolarização, no qual a sofisticação política no contexto democrático favorece a tradução de posicionamentos sobre políticas em uma escolha eleitoral congruente com esses posicionamentos (CARPINI; KEETER 1996). Ou seja, atitudes liberais mais estruturadas, quando comparadas com atitudes conservadoras coesas, aumentam a propensão média do voto em partidos de esquerda somente entre os mais escolarizados. Enquanto liberais coesos de baixa renda e alta escolaridade (quarta linha) votam mais a esquerda, liberais coesos de baixa renda e baixa escolaridade votam à direita (última linha).

Por fim, os diagramas na Fig. 4 mostram as variáveis relevantes com os efeitos da educação e a intermediação da estruturação ideológica para os diferentes grupos de escolaridade identificados na Fig. 2. Nos diagramas, a medida “estruturação ideológica liberal” foi construída a partir das quatro categorias construídas anteriormente, de acordo com a Fig. 3, codificadas entre -2 (mais conservadores) e 2 (mais liberais). Portanto, valores maiores representam atitudes mais estruturadas e liberais (a favor de políticas sociais). A Fig. 4 mostra os valores estimados usando equações estruturais lineares para cada grupo separadamente (KLINE, 2015).

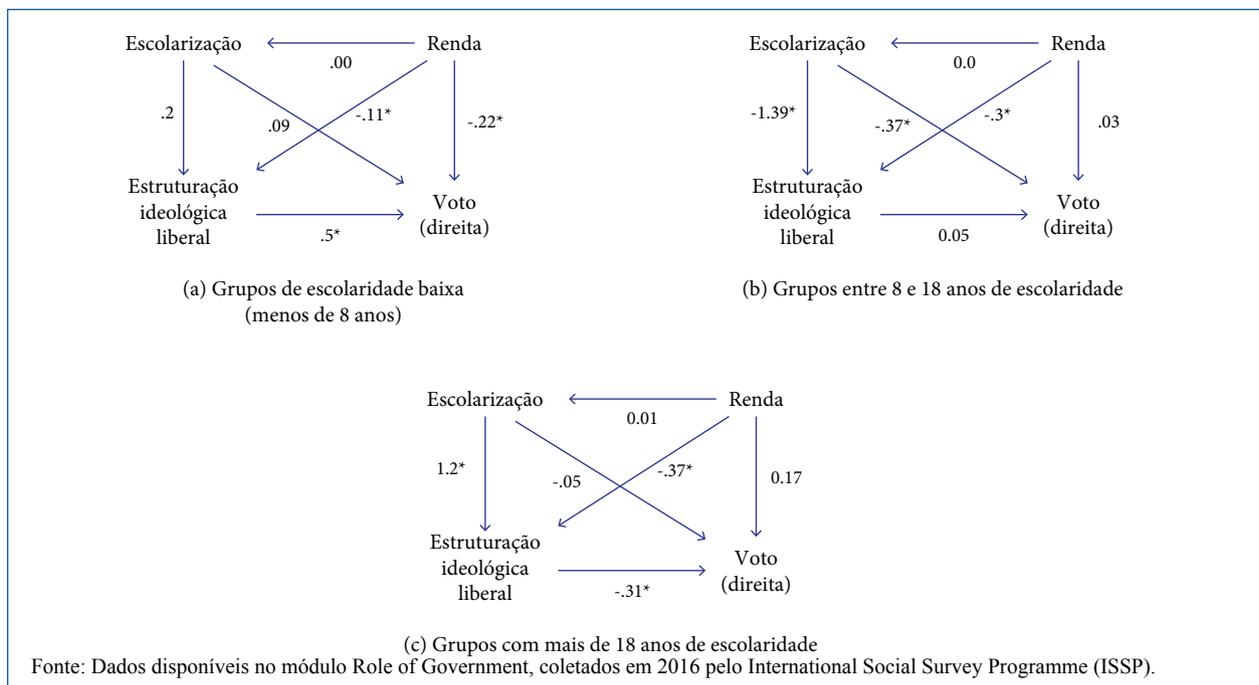


Figura 4. Estimativas de modelos estruturais lineares para diferentes grupos de escolaridade. Números indicam o efeito estimado e o asterisco indica uma associação estatisticamente significativa com p-value menor ou igual a 0,1.

Primeiramente, a renda é o principal fator que explica o voto e a tendência à estruturação liberal das atitudes para os grupos menos escolarizados (acima e à esquerda na figura). Para esse grupo, atitudes liberais mais estruturadas estão associadas ao voto em partidos de *direita*. Para o grupo intermediário (acima e à direita na figura), a educação passa a ter um papel relevante na estruturação ideológica das atitudes, como era de se esperar pela Tabela 1 e pela Fig. 2. Enquanto a escolarização aumenta a estruturação das atitudes (Fig. 2), diminui o suporte por políticas de bem-estar (Tabela 1). Contudo, a estruturação ideológica não está associada com o voto. Para esse grupo, a educação reduz o voto em partidos de direita, mas por outros canais que não a estruturação ideológica das atitudes. É somente para os grupos mais escolarizados (abaixo na Fig. 4) que a expectativa normativa da concordância entre estruturação da posição ideológica e voto se realiza. Ou seja, a educação afeta o voto via estruturação das atitudes somente para os grupos mais escolarizados. De fato, para esse grupo, esse é o único caminho que liga escolarização e voto. Para os grupos mais escolarizados,

a escolarização aumenta a tendência ao apoio coeso por políticas sociais, o qual, por sua vez, aumenta a tendência ao voto em partidos de esquerda. Assim como nos outros grupos, a renda tem efeito oposto e diminui a estruturação a favor de políticas sociais.

Em resumo, a análise desta seção mostrou que, para qualquer grupo de renda, de modo geral, os menos escolarizados têm uma tendência maior a apoiar políticas de bem-estar social (Tabela 1). Entretanto, é entre os mais escolarizados que essa tendência se associa mais fortemente com o voto em partidos de esquerda (Fig. 1). Ademais, para aqueles na faixa entre oito e dezoito anos de escolarização, o grau de estruturação das atitudes em relação a diversas políticas de bem-estar social aumenta com os anos de escolaridade (Fig. 2). Ou seja, a partir de oito anos de escolarização, quanto mais nos aproximamos do limite superior de dezoito anos, mais as atitudes em relação às diversas dimensões das políticas se correlacionam e mais a atitude em uma área é capaz de prever a atitude em outra. Essa relação não ocorre em níveis menores do que oito ou maiores do que dezoito anos de escolarização. Por fim, a combinação de estruturação e direção das atitudes por políticas de bem-estar e proteção sociais, chamada aqui de *estruturação ideológica*, está associada com voto em partidos de direita e esquerda, mas somente entre os mais escolarizados há uma congruência entre estruturação ideológica e viés ideológico do voto (Tabela 2 e Fig. 4). Entre grupos de mesma escolaridade (alta) e renda (qualquer), liberais coesos (apoiadores de políticas de bem-estar com atitudes mais estruturadas) tendem a votar em partidos de esquerda mais do que grupos mais conservadores, e a coesão das atitudes (maior estruturação) entre os conservadores aumenta o voto nos partidos de direita. Entretanto, quando a escolaridade é baixa, liberais mais coesos tendem a votar em partidos de direita mais do que outros grupos (Tabela 2), de modo que os grupos menos escolarizados contradizem, no comportamento (voto), sua disposição atitudinal para apoiar políticas de bem-estar.

Considerações Finais

Este trabalho demonstrou como a escolarização, tratada de modo genérico, como anos de escolaridade, afeta as atitudes e o comportamento político. Resumidamente, a escolarização favorece a congruência entre a direção ideológica do voto e a estruturação ideológica das atitudes, particularmente entre indivíduos de escolaridade alta. Somente para esse grupo, atitudes estruturadas mais favoráveis/contrárias às políticas sociais aumentam a propensão de votos em partidos à esquerda/direita no espectro ideológico.

Esses resultados dialogam diretamente com algumas preocupações normativas sobre o funcionamento do sistema representativo e a demanda cognitiva que ele impõe para a participação eleitoral da população. Minimamente, uma dessas demandas é o reconhecimento tanto dos próprios interesses quanto dos posicionamentos políticos dos diversos grupos que compõe a *polity*, em especial partidos e representantes. Esse reconhecimento é uma condição necessária, embora não suficiente, para que o voto possa ser usado como um instrumento de representação de interesses de grupos sociais.

Evidentemente, eleitores podem ser levados a votar em determinados partidos por diversas motivações, como a religiosa, ou por pesar desproporcionalmente apenas alguns poucos fatores, por exemplo, o suporte a um programa social de alta visibilidade ou a promessa de eliminação da corrupção política entre o *establishment*. Quando esse é o caso, esses eleitores podem estar sacrificando suas preferências em outras áreas, talvez até na maioria delas e, nesse sentido, acabam votando contra seus próprios interesses (CARPINI; KEETER, 1996). Os resultados aqui sugerem, entretanto, que os grupos mais escolarizados são menos propensos a fazer esses sacrifícios ideológicos quando políticas sociais estão em questão.

Por fim, vale mencionar duas limitações deste trabalho. Primeiramente, devido à estratégia analítica adotada e à seleção das dezoito variáveis para compor a medida de estruturação das atitudes, consideram-se

aqui apenas resultados agregados em *surveys* de opinião conduzidos em diversos países. É possível que existam variações significativas entre os países estudados, as quais vale a pena que sejam exploradas. Em virtude das limitações de dados e espaço, deixamos essas comparações para trabalhos futuros. Em segundo lugar, os *surveys* selecionados para análise, embora ricos em questões sobre preferências e voto, não incluem o Brasil. Pretendemos, também, endereçar essa limitação em trabalhos futuros. Apesar desses fatores, os achados apresentados aqui podem contribuir para a literatura sobre comportamento político no Brasil ao trazer para o centro do debate o papel da educação e abrir caminho para estudos mais detalhados sobre os efeitos da escolarização na estruturação de atitudes sobre políticas e no peso que essa estruturação exerce sobre a decisão do voto.

Notas

1. “As chances de uma pessoa reunir suas preferências ideológicas de modo coerente depende do acúmulo de anos de escolarização formal que essa pessoa teve.”
2. Em tradução literal, “o que vai com o que e por quê”.
3. Disponível em: <https://dbk.gesis.org/dbksearch/sdesc2.asp?no=6900&db=E&tab=3>. Acesso em: out. 2020. Detalhes sobre o processo de amostragem e coleta de dados podem ser encontrados no site.
4. Os países incluídos aqui são Austrália, Bélgica, Chile, Croácia, República Tcheca, Dinamarca, Finlândia, França, Hungria, Islândia, Índia, Japão, Coreia do Sul, Letônia, Lituânia, Nova Zelândia, Noruega, Rússia, Eslováquia, Eslovênia, África do Sul, Espanha, Suécia, Suíça, Tailândia, Turquia, e Estados Unidos.
5. Disponível em: <https://www.chesdata.eu/>. Acesso em: out. 2020.
6. Disponível em: <http://www.cis.es/cis/opencms/ES/index.html>. Acesso em: out. 2020.
7. Esses modelos buscam subgrupos latentes que são mais bem-descritos por diferentes modelos de regressão. A discussão sobre esses métodos foge ao escopo deste trabalho, mas informações detalhadas podem ser encontradas em Ferrari (2020), Teh et. al. (2006) e Hannah, Blei e Powell (2011).

Referências

- ANSOLABEHERE, S.; JONATHAN R.; JAMES M S. JR. The strength of issues: using multiple measures to gauge preference stability, ideological constraint, and issue voting. **American Political Science Review**, New York, v. 102, n. 2, p. 215-32, May 2008. <https://doi.org/10.1017/S0003055408080210>
- BALDASSARRI, D. E.; GELMAN A. Partisans without constraint: political polarization and trends in American public opinion. **American Journal of Sociology**, Chicago v. 114, n. 2, p. 408-46, 2008. <https://doi.org/10.2139/ssrn.1010098>
- CAMPBELL, A. et al. **The American Voter**. Chicago: University of Chicago Press, 1960.
- CARPINI, M. X. D.; KEETER, S. **What Americans know about politics and why it matters**. New Haven: Yale University Press, 1996.

- CONVERSE, P. E. Information flow and the stability of partisan attitudes. **Public Opinion Quarterly**, Oxford, v. 26, n. 4, p. 578-99, 1962. <https://doi.org/10.1086/267129>
- CONVERSE, P. E. The nature of belief systems in mass publics. In: APTER, D. E. (ed.). **Ideology and discontent**. New York: The Free Press of Glencoe, 1964.
- DELLICARPINI, M. X. In search of the informed citizen: what Americans know about politics and why it matters. **The Communication Review**, Newark v. 4, n. 1, p. 129-64, 2000. <https://doi.org/10.1080/10714420009359466>
- FERRARI, D. Modeling context-dependent latent effect heterogeneity. **Political Analysis**, Oxford, v. 28, n. 1, p. 20-46, 2020. <https://doi.org/10.1017/pan.2019.13>
- HANNAH, L. A.; BLEI D. M.; POWELL, W. B. Dirichlet process mixtures of generalized linear models. **The Journal of Machine Learning Research**, Cambridge, MA, v. 12, p. 1923-1953, Jun. 2011.
- HUNTER, W.; POWER, T. J. Rewarding Lula: Executive Power, social policy, and the Brazilian elections of 2006. **Latin American Politics and Society**, Hoboken, v. 49, n. 1, p. 1-30, 2007. <https://doi.org/10.1017/S0003055408080210>
- KINDER, D. R.; KALMOE, N. P. **Neither liberal nor conservative: ideological innocence in the American public**. Chicago: University of Chicago Press, 2017.
- KLINE, R. B. **Principles and practice of structural equation modeling**. New York: Guilford Publications, 2015.
- LEWIS-BECK, M. S. et al. **The American voter revisited**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2008.
- LICIO, E. C.; RENNÓ, L.; CASTRO, H. C. D. O. D. Bolsa Família e voto na eleição presidencial de 2006: em busca do elo perdido. **Opinião Pública**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 31-54, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762009000100002>
- LUSKIN, R. C. Measuring political sophistication. **American Journal of Political Science**, Oxford, v. 31, n. 4, p. 856-99, 1987. <https://doi.org/10.2307/2111227>
- PEIXOTO, V.; RENNÓ, L. Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 304-332, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762011000200002>
- REHM, P. Risks and redistribution an individual-level analysis. **Comparative Political Studies**, London, v. 42, n. 7, p. 855-81, 2009. <https://doi.org/10.1177/0010414008330595>
- RENNÓ, L.; HOEPERS, B. Voto estratégico punitivo: transferência de votos nas eleições presidenciais de 2006, **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 86, p. 141-161, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000100008>
- RHEE, J. W.; CAPPELLA, J. N. The role of political sophistication in learning from news: measuring schema development. **Communication Research**, Thousand Oaks, v. 24, n. 3, p. 197-233, 1997. <https://doi.org/10.1177/009365097024003001>
- SAMUELS, D.; ZUCCO JR., C. Lulismo, petismo, and the future of Brazilian politics. **Journal of Politics in Latin America**, Hamburg, v. 6, n. 3, p. 129-158, 2014. <https://doi.org/10.2139/ssrn.2310761>
- SMITH, E. R. A. N. The levels of conceptualization: false measures of ideological sophistication. **The American Political Science Review**, New York, p. 685-96, 1980. <https://doi.org/10.2307/1958150>

SNIDERMAN, P. M.; BRODY, R. A.; TETLOCK, P., E. **Reasoning and choice: explorations in political psychology**. New York: Cambridge University Press, 1993.

TEH, Y. W. et al. Hierarchical Dirichlet processes. **Journal of the American Statistical Association**, Ann Arbor, v. 101, p. 1566-1581, 2006. <https://doi.org/10.1198/016214506000000302>

TERRON, S. L.; SOARES, G. A. D. As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio. **Opinião Pública**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 310-337, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762010000200002>

ZUCCO JR., C. The impacts of conditional cash transfers in four presidential elections (2002-2014). **Brazilian Political Science Review**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 135-149, 2015. <https://doi.org/10.1590/1981-38212014000200006>

Sobre o Autor

DIOGO FERRARI é Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade da Califórnia, em Riverside (EUA) e pesquisador do CEM (Centro de Estudos da Metr pole). Possui gradua o em Ciências Sociais e mestrado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), mestrado em Estatística e doutorado em Ciência Política ambos pela Universidade de Michigan. Desenvolve pesquisa nas áreas de Comportamento Político Comparado e Metodologia Quantitativa.

Recebido: 10 ago. 2020

Aceito: 01 dez. 2020